



Em reunião de 29 / 06 / 2022

Com: por ~~Unanimidade~~ UNANIMIDADE

-----votos a favor-----

-----votos contra-----

-----abstenção-----

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 5 DE JANEIRO DE 2022

I – ABERTURA

----- Aos cinco dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, pelas 20h41m reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, por videoconferência, com a seguinte Ordem do Dia: -----

----- **Ponto 1** – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022/2026 ----- P 30-A/P/2021

----- **Ponto 2** – Autorização Genérica para a Assunção de Compromissos Plurianuais no âmbito da apresentação de Proposta de Orçamento para 2022 e Grandes Opções do Plano 2022/2026 ----- P 31-A/P/2021

II – PRESENCAS

----- Mesa da Assembleia: -----

----- **Presidente** – Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos -----

----- **Primeiro Secretário** – Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição -----

----- **Segundo Secretário** – Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo -----

----- Membros da Assembleia Municipal: -----

----- Encontravam-se presentes os membros senhores António José da Fonseca Nobre, Armando Jorge Adrião Calixto, António Rodrigues Torrão, Carlos Alberto Cláudio Pires, Carlos Alberto Rafael da Fonte, Cláudio André Serrano Horta Salema, Cláudia Helena Domingos Gomes, David José Pinto Mendes, Elisete Maria Vitorino Rodrigues, Firmino Miguel Santos Batista Amendoeira, Francisco António Galvão Morgado, Gonçalo Luís Mesquita Ferreira, Gustavo Bruno Borda de Água, Vasco Crespo em substituição de Helena Maria Amorim Maciel, Horácio Gomes Ribeiro, José Avelino Colaço Correia, José Manuel Fortunato Martins, José Vieira Navarro de Andrade, Lúcio Manuel Cardador Costa, Maria de Fátima Gaspar Pinto, Maria João Martins Canilho de Sousa, Marta David Gondar Diniz, Natália Maria Andrade Peres, Nelson Caetano Rodrigues e Sérgio Paulo de Sousa Alexandre. -----

----- Membros da Câmara Municipal: -----

----- **Presidente** – Silvino José da Silva Lúcio -----

----- **Vice-Presidente** – António José Mateus de Matos -----

----- **Vereadores** – Ana Margarida Serrano Gaspar Coelho, Mara Lúcia de Almeida Oliveira, Rui Pedro Figueiredo Corça, José Paulo de Carvalho Pereira e Maria Inês da Graça Louro. -----

----- Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi verificada a existência de Quórum. -----



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 5 DE JANEIRO DE 2022

I – ABERTURA

----- Aos cinco dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, pelas 20h41m reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, por videoconferência, com a seguinte Ordem do Dia: -----

----- **Ponto 1** – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022/2026 ----- **P 30-A/P/2021**

----- **Ponto 2** – Autorização Genérica para a Assunção de Compromissos Plurianuais no âmbito da apresentação de Proposta de Orçamento para 2022 e Grandes Opções do Plano 2022/2026 ----- **P 31-A/P/2021**

II – PRESENCAS

----- Mesa da Assembleia: -----

----- **Presidente** – Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos -----

----- **Primeiro Secretário** – Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição -----

----- **Segundo Secretário** – Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo -----

----- Membros da Assembleia Municipal: -----

----- Encontravam-se presentes os membros senhores António José da Fonseca Nobre, Armando Jorge Adrião Calixto, António Rodrigues Torrão, Carlos Alberto Cláudio Pires, Carlos Alberto Rafael da Fonte, Cláudio André Serrano Horta Salema, Cláudia Helena Domingos Gomes, David José Pinto Mendes, Elisete Maria Vitorino Rodrigues, Firmino Miguel Santos Batista Amendoeira, Francisco António Galvão Morgado, Gonçalo Luís Mesquita Ferreira, Gustavo Bruno Borda de Água, Vasco Crespo em substituição de Helena Maria Amorim Maciel, Horácio Gomes Ribeiro, José Avelino Colaço Correia, José Manuel Fortunato Martins, José Vieira Navarro de Andrade, Lúcio Manuel Cardador Costa, Maria de Fátima Gaspar Pinto, Maria João Martins Canilho de Sousa, Marta David Gondar Diniz, Natália Maria Andrade Peres, Nelson Caetano Rodrigues e Sérgio Paulo de Sousa Alexandre. -----

----- Membros da Câmara Municipal: -----

----- **Presidente** – Silvino José da Silva Lúcio -----

----- **Vice-Presidente** – António José Mateus de Matos -----

----- **Vereadores** – Ana Margarida Serrano Gaspar Coelho, Mara Lúcia de Almeida Oliveira, Rui Pedro Figueiredo Corça, José Paulo de Carvalho Pereira e Maria Inês da Graça Louro. -----

----- Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi verificada a existência de Quórum. -----

III – SUBSTITUIÇÕES

----- A Senhora Presidente da Assembleia informou de que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 78º e do n.º 1 do artigo 79º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro na sua atual redação, solicitou a sua substituição, nesta Sessão, a Senhora Deputada Helena Maria Amorim Maciel, representante do CDS na coligação PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM sendo substituída pelo Senhor Deputado Vasco Luís de Lima Correia e Albergaria Crespo, representante do mesmo partido na lista admitida. -----

IV – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS”

----- A Senhora Presidente da Assembleia lembrou as normas aplicáveis à inscrição dos cidadãos para intervenção nesta Sessão, conforme descrito em Edital, tendo a Assembleia recebido um pedido de intervenção do munícipe António Loureiro quer perguntara se o projeto fotovoltaico para a Torre Bela, fora abandonado de facto ou se o mesmo continuava em desenvolvimento e caso se mantivesse, qual a informação que a Câmara tinha sobre a apresentação, ou não, à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) do projeto de traçado alternativo para a LMAT, sobre o olival intensivo, proposto pelos moradores ao promotor e apoiado pelo anterior Presidente de Câmara e pelo Presidente da Junta de Freguesia de Alcoentre. Perguntou ainda qual a posição e o que fará o Sr. Presidente e o restante executivo, em defesa dos habitantes de Casais das Boiças e Alcoentre, caso se mantivesse o projeto. Em resposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a Câmara não tinha conhecimento que o projeto da Central Fotovoltaica da Torre Bela tivesse sido abandonado, e que o traçado alternativo para a LMAT aprovado pelo anterior executivo, continuava válido e merecia o apoio do atual executivo. Disse não ter ainda qualquer comunicação da APA. -----

V – ORDEM DO DIA

----- Ponto 1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022/2026 ----- P 30-A/P/2021

----- O Sr. Presidente reportou as dificuldades na elaboração do Orçamento decorrente do decréscimo das receitas (IMT), deu conhecimento da estrutura da receita, sendo 17,283 M€ receita corrente (85,4%) e 2,9 M€ (14,6%) receita de capital. Informou que na base de cálculo estivera para impostos e taxas, a média dos 24 meses, as transferências do OE (com referência a valores de 2021) e a receita de candidaturas a fundos comunitários e cooperação técnica e financeira/protocolos. Disse não terem sido contemplados empréstimos na receita inicial, esperando-se o recurso a crédito para a obra na escola secundária, a aquisição de infraestruturas (Piscinas) e terreno à Santa Casa da Misericórdia e para a Estratégia Local de Habitação.

Relativamente à despesa, pontuam as despesas de funcionamento, tendo o pessoal um peso de 43,4%, enquanto o PAM, com o valor de cerca de 5,9 M€ e o PPI com 3,8 M€ assumem um peso de 29,3% e 18,9% respetivamente. O serviço da dívida, com 1,6 M€ tem um peso de 7,7%. Continuando, o Sr. Presidente informou que as despesas com o Pessoal incluem as relativas ao pessoal das Escolas - cerca de 2,5 milhões de euros, dos quais só 1,6 milhões são financiados pela Administração Central/Ministério da Educação. As transferências para as Freguesias são as constantes dos Acordos e Contratos celebrados no anterior mandato e que, até agora se mantiveram em vigor, contabilizando-se um acréscimo de 5%, conquanto sejam passíveis de alterações. Ao nível do PPI+PAM, nas Despesas já com Financiamento assegurado, sobressaem os objetivos/capítulos: Cultura, Desporto, Turismo e Juventude: 18,7% (Vala do Esteiro); Ambiente e Saneamento: 16,4% (Recolha e tratamento de RSU); Urbanismo e Habitação: 15,0 % (PARU – Moniz da Maia/Vitor Cordon e Largo de Palmela) e Modernização e Reorganização dos Serviços: 13,8 % (ENDESA/EDP, AdAz, Combustíveis, Informática). Relativamente às Transferências De Competências Da Administração Central, têm sido publicados diplomas que procederam a adiamentos sucessivos estipulando a legislação atual que devam entrar em vigor, no máximo, em abril de 2022, pelo que as receitas e despesas foram calculadas da seguinte forma: no domínio da Saúde com base no Auto de Transferência n.º 1 ARSLVT/011/2020 (ainda não assinado pela Câmara), o cálculo assentou no princípio da neutralidade (receitas iguais às despesas); no domínio da Ação Social, as receitas previstas e as despesas orçamentadas foram calculadas de acordo com o Despacho nº 9817-A/2021 do Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças, dos Secretários de Estado da Descentralização e da Administração Local e da Segurança Social e da Secretaria de Estado da Ação Social, publicado no DRE nº 196, II série, de 8/10/2021, respeitando, também, o princípio da neutralidade; por fim, quanto à Educação referiu que as receitas previstas tiveram por base as constantes no OE de 2021, sendo calculada a despesa real em PAM e PPI. Fora respeitada a Regra do equilíbrio orçamental e estima-se que Limite da dívida total se situará em 26,3 milhões de euros para 2022. Para finalizar referiu que o Município não tem quaisquer acordos de pagamento com fornecedores em vigor. -----

----- Interveio a Sra. Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, considerando que o Documento apresentado vinha na continuidade de todos os outros apresentados anteriormente, não tinha um fio condutor, e mostrava um vazio em termos de estratégia para cada uma das Grandes Opções. Considerou que as verbas afetas a “outras”, e que não se sabia exatamente a que se referiam, representavam cerca de metade da verba total do Orçamento, o que impedia que se soubesse exatamente o que se estava a votar e denotava falta de transparência ao documento, que se mostrava *“um documento político fraco”*. Como exemplo da falta de especificidade do documento referiu o grande relevo dado ao Parque Ambiental, cuja verba era de



50.000.00€, sendo de 1.000.00 € a verba definida para 2022. Não era especificado o que se pretendia fazer nem as diversas fases da sua elaboração para que se percebesse a distribuição da verba. -----

----- Interveio a Sra. Deputada Maria de Fátima Pinto, do Grupo GHEGA, solicitou correções no texto do documento, assim no início do documento onde era referido a realização de reuniões de trabalho para a apresentação de projetos ações e sugestões com todos os Grupos, dever-se-ia acrescentar “à exceção do CHEGA”, uma vez que este Grupo não fora convidado para nenhuma reunião de trabalho. Solicitou a substituição da expressão “Para que estas iniciativas vão de encontro...” por “Para que estas iniciativas vão ao encontro ...”. -----

----- O Sr. Presidente disse não ter relevância, vão ao encontro ou vão de encontro, e referiu que iria ver o que se tinha passado para o CHEGA não estar presente, conforme dito pela Sra. Deputada. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Nelson Rodrigues do Grupo PSD, lembrando ainda não de ter recebido o que solicitara na reunião de 28 de dezembro da Assembleia Municipal, (cópia do Contrato realizado com a empresa responsável pela Revisão do PDM). Sugeriu que em vez da metodologia numérica utilizada nas rubricas referidas no Orçamento, fosse colocado o nome das mesmas, por ser mais simples de interpretar. Perguntou, relativamente à receita arrecadada de IMI no ano de 2021, (2ME), e a prevista para 2022 (3ME) e que denotava um aumento de 50%, a que é que se devia, havia mais casas ou era expetável pelo aumento da taxa de IMI a aplicar. Relativamente à Derrama constatava que a coleta da mesma baixara 8%, perguntou a que se devia, se havia menos empresas ou se estas estavam a faturar menos. Em termos de Taxas Multas e outras Penalidades, perguntou porque é que a verba esperada era idêntica à do ano anterior em que houvera um grande loteamento em Vila Nova da Rainha, seria que se sabia de um novo grande loteamento, que fosse pagar umas taxas assim tão grandes? Relativamente à despesa, no PAM, considerou que as expressões “outros” e “diversos” lhe causavam “urticária”, relativamente a aquisições de bens e serviços na Divisão sócio cultural era atribuída a “a outros trabalhos especializados” uma verba de 403.000.00 €, perguntou que trabalhos eram. No DAF onde aparecia “encargos com instalações” no valor de 591.000,00€ perguntou o que eram. Perguntou o que era o valor 150.000,00 € para Estudos Pareceres e Consultorias, que não aparecendo discriminada gostava de ver esclarecido. Para finalizar perguntou o que eram os encargos com cobrança de receitas, no valor de 132.000,00 €. Relativamente ao PPI, perguntou a que se referia a rubrica construções diversas referida em Infraestruturas com 2.817.000,00 €, sendo que 1.143.000,00€ eram para estradas e viadutos, sendo que não era especificado de que estradas ou viadutos se tratava. Pediu explicação também para os 147.000,00 € colocados em viação rural e 1.445.000,00 € para outros. Quanto ao Programa de Apoio à mobilidade Elétrica com uma dotação de 115.000,00€ dos quais 100.000,00€ a definir perguntou que investimentos estavam

previstos e onde, e se teriam algum apoio comunitário ou se iria recorrer a outro tipo de financiamento. Perguntou a que se devia o valor 26.000,00 € inscrito em estudos e projetos urbanísticos, assim como o valor 35.000,00€ para o reordenamento urbano e 440.000,00€ para intervenções diversas e 147.000,00€ para requalificações urbanas em diversas freguesias, que perguntou se faziam parte de algum projeto de requalificação para o concelho ou se eram coisas pontuais .Na Estratégia Local de Habitação, dotada com 1.856.000,00€ pediu que fosse especificado assim como a verba 645.000.00,00€ para acessibilidades e infraestruturas viárias marcação de estradas, dos quais 500.00,00€ estavam por definir, assim como no saneamento básico, manutenção e recuperação de redes que também tinha um valor enorme a definir, o que fazia parecer que não se sabia exatamente o que é que se iria fazer. Para a verba alocada ao saneamento básico nas diversas freguesias que referia um valor de 500,00€, considerou que deveria faltar um zero. Na Educação a respeito dos 2.5 ME referidos para as intervenções na Escola de Azambuja, que não colocando em causa a necessidade de obras na escola considerou que deveria ter uma explanação de tudo o que iria ser feito e que justificasse o valor. Para o Circuito Cultural do Concelho de Azambuja, dotado com 10.000,00€ perguntou exatamente o que era, pois não conseguira encontrar na pesquisa que fizera. Os 50.000,00€ para a Praça de Toiros de Azambuja, perguntou o que é que lá se iria fazer. Para finalizar perguntou para quando a construção de uma piscina no Alto Concelho. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que em termos de IMI, o valor apresentado para 2021 não continha ainda o valor da última tranche, o mesmo se passava para a Derrama e as taxas, valores em que era considerada a média dos 24 meses. -----

----- O Dr. Ricardo Portela, Chefe da Divisão Financeira, a pedido do Sr. Presidente, referiu que em relação às rubricas plasmadas no Orçamento para as quais o Sr. Deputado não encontrava explicação, nomeadamente as de aquisições de serviços, outros trabalhos especializados, estudos pareceres e consultorias e encargos de cobranças, não tinham ligação às GOP , informou que os encargos de cobrança referiam-se aos encargos que a AT cobrava à Câmara para fazer a cobrança dos impostos diretos, cerca de 2,5% dos valores do IMI, IUC e IMT. Relativamente às outras questões era uma questão de leitura do documento, quando se falava em outros trabalhos especializados, os Srs. Deputados poderiam ver no PAM, vários desdobramentos ao longo das várias atividades, expressas na rubrica 020220 que o Deputado referenciara, ou seja, o valor que aparecia no Orçamento era o valor total das parcelas distribuídas pelas GOP. O mesmo acontecia com as construções diversas, o valor 2.817.000,00€ resultava do somatório de todos os códigos 070104 alocadas em PPI. Os valores referidos no Orçamento da Despesas resultavam em grande parte de parcelas associadas às GOP (PAM

e PPI) e de algumas parcelas não associadas a estes documentos, como operações financeiras, recursos humanos, encargos de cobrança de receita etc. -----

----- Em complemento o Sr. Presidente referiu que na página 23 do documento estava a explicação para as unidades orgânicas da estrutura do Orçamento, o que ajudava a leitura do documento. Relativamente à questão da mobilidade informou que a Câmara iria adquirir dois carros elétricos assim como um conjunto de postos de carregamento, para espalhar pelo concelho através de um Acordo Quadro da CIMLT . Na Estratégia Local de Habitação poderia não ser necessária a verba inscrita, pois poderia vir a ser objeto de candidatura no âmbito do PRR, o que ainda não se sabia. Quanto ao saneamento básico o valor era para distribuir por todo o concelho e no que dizia respeito ao valor 500.00€ para as freguesias faltava fazer a distribuição do saldos. Quanto à escola de Azambuja ir-se-ia pedir cerca de 3.000.000,00€ para lançar o procedimento concursal para a reformulação total da Escola Secundária de Azambuja, ainda este ano. Quanto ao circuito cultural era intenção a colocação de um conjunto de placas com a história cultural da Igreja de Pina Manique, maletas pedagógicas para utilizar nos serviços educativos e para a informação de visitas guiadas, a dinamização do Espaço do Convento das Virtudes, o “Um Autor Apresenta-se” que levará autores a vários locais do concelho, etc. A Praça de Toiros é um equipamento que todos os anos precisa de reparações. -----

----- O Sr. Deputado António Nobre do Grupo CDU, considerou que houvera intervenções que lhe tinham suscitado alguma perplexidade, e que tinham a ver com a transparência do Orçamento, referiu que o formato do Orçamento era definido pelo sistema Nacional de Contas da Administração pública que entrara em vigor recentemente e que fora introduzido por imposição da EU em 2015 (no tempo do Governo PSD/CDS) , tendo a sua aplicação vindo a ser adiada até muito recentemente. Considerou, pois, que as perplexidades apresentadas pelo Grupo PSD, advinham da implementação do disposto e com o que agora se tinha de trabalhar. Fazendo uma apreciação geral e estratégica ao Orçamento, onde havia questões que tinham transitado do anterior mandato, compromissos assumidos com autorização no anterior mandato com fundos alocados também e que tinham de ser cumpridos. Havia também projetos que a ser concluídos tinham o seu peso no Orçamento, como a recuperação da Escola de Azambuja e a edificação de um pavilhão para a mesma, a questão da regularização da questão dos terrenos onde a Câmara tem implantadas infraestruturas no sentido de as trazer para património seu, para além de outros projetos de menor dimensão. Considerou que o documento concentrava os investimentos na sede do concelho, enquanto o resto do concelho ficava com um investimento menor, o que aliás já se verificara ao longo de vários Orçamentos. Considerou que a sede do concelho sempre tinha sido o local eleito para a concentração de fundos de origem comunitária, coisa que tinha de ser alterada, havia necessidades no resto do concelho, sendo o alto concelho o que mais necessitava.



Se não fosse com recurso a fundos teria de ser com capitais próprios do município ou com recurso a endividamento, uma vez que o município apresentava capacidade para tal. Considerou não haver razões para haver um concelho desigual. Referiu que as Juntas de Freguesias, apesar de o modelo não individualizar tinham um valor no alocado para que pudessem exercer as suas competências próprias e as que lhe eram delegadas, por tudo isto considerou não ver grande obstáculo para a aprovação do documento. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara lembrou que piscinas e Escola Secundária só havia em Azambuja, que a estrada das Virtudes era um projeto de há quase trinta anos assim como a recuperação do Esteiro, eram candidaturas que só tinham aplicabilidade em Azambuja. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Bruno Borda de Água do Grupo PSD, para perguntar das três obras indicadas pela Junta, como prioritárias para a freguesia de Vila Nova da Rainha se alguma estava contemplada no Orçamento e se havia data prevista e verba estipulada para essas obras. Quanto ao valor 500,00€ indicada no Orçamento para a requalificação da Av. Gago Coutinho, perguntou o que é que era suposto ser feito com tal valor. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Horácio Ribeiro do Grupo PS, considerando que não sendo o Orçamento que o PS desejava, era o que se adequava e que dava prioridade às situações mais relevantes tendo em conta a atual situação pandémica. Considerou que com a divisão dos saldos se iria ao encontro das necessidades do município e dos munícipes, não ficando ninguém para trás no decorrer do Mandato. Era intenção do PS mitigar as assimetrias sectoriais, para além de querer preservar a comunicação e o património cultural material e imaterial e fomentar a cooperação entre as diversas coletividades. O executivo mostrava estar a valorizar o património cultural como desígnio municipal, com outros domínios transversais nomeadamente o turismo e a identidade valorizando o património paisagístico, arquitetónico, cultural, arqueológico etnográfico e gastronómico. Era necessário dotar o Município dos instrumentos territoriais necessários, adotar políticas ambientais necessárias orientadas para a eficiência energética e para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas e controlo de poluição. Na habitação enquanto necessidade fundamental, verificava-se a adoção de políticas públicas de controlo de custos da habitação, assim como a complementação e requalificação nas áreas edificadas dispersas. Valorizou que se explorasse o potencial turístico do alto concelho, a construção do canil municipal e o trabalho em parceria com as juntas de Freguesia do Concelho, no sentido de dar continuidade aos projetos. Na Educação referiu o promover o sucesso escolar junto dos alunos dos Agrupamentos do concelho, continuar com os apoios aos alunos, como os Kits escolares aos alunos do primeiro ciclo do ensino, os suplementos alimentares aos alunos com carências económicas e a oferta dos cadernos de fichas. Para finalizar referiu a importância das Instituições e Coletividades enquanto forças vivas



da sociedade e o empenho do executivo na resolução dos problemas de saúde no concelho, incentivando a fixação e instalação de médicos de família. Considerou que o documento reunia as condições técnicas e políticas para a tomada de decisão da sua aprovação. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara em resposta ao Sr. Deputado Bruno Borda de Água informou que a requalificação da Av. Gago Coutinho em Vila Nova da Rainha era financiada pelo promotor do projeto das obras e pela Câmara através de Protocolo a firmar, como aliás já tivera oportunidade de referir. -----

---- Interveio o Sr. Deputado José Martins do Grupo PSD referindo que da leitura do documento, não conseguira vislumbrar os contributos apresentados pela Freguesia de Aveiras de Baixo, pelo que perguntou se a mesma iria ou não ser contemplada com as obras sugeridas no contributo, a instalação das ilhas ecológicas, o circuito de manutenção no Vale Gerardo e na Mata das Virtudes , a requalificação urbana de Aveiras de Baixo e o subsídio para o passe CP Navegante para quem entra e sai na localidade de Virtudes. Para finalizar perguntou para quando se previa a conclusão da estrada Virtudes/Azambuja. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Firmino Amendoeira do Grupo BE para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se achava suficiente a verba de 864.000,00 € referida no Orçamento para os Contratos Interadministrativos e de Execução a firmar com as Juntas de Freguesia em resposta o Sr. Presidente disse que a verba referida era a devida pela delegação de competências da Câmara nas Juntas, e que este valor seria aumentado em cerca de 5%, não seria certamente o valor que os Srs. Presidentes gostariam de receber nas suas freguesias, mas representava já um esforço enorme por parte da Câmara. Referiu que as Juntas tinham as suas receitas próprias através dos duodécimos. -----

---- Em resposta ao Deputado José Martins, o Sr. Presidente confirmou a colocação de ilhas ecológicas, não só em Aveiras de Baixo, mas em todo o concelho, relativamente ao circuito de manutenção ir-se-ia fazer no Vale Gerardo e nas Virtudes, o passe Navegante teria de se voltar a marcar nova reunião, até ao momento não havia desfecho favorável. Para finalizar informou que a requalificação urbana não estava contemplada para 2022 e que a conclusão da estrada das Virtudes/Azambuja se previa para finais de fevereiro. -----

---- Interveio a Sra. Deputada Natália Peres do Grupo PSD, para relativamente à Educação, perguntar o que é que se entendia por conclusão da Revisitação da Carta Educativa do Município e por Projeto de Promoção do Sucesso Escolar. Em termos de Habitação Saúde e Intervenção Social, perguntou em que consistia a Estratégia Local de Habitação de Azambuja, o que é que estava previsto se contemplava arrendamento acessível e quais as verbas que envolveria. Na vertente Saúde, perguntou o que estava a ser pensado para minimizar a falta de médicos de família em todo o concelho. -----

----- Interveio a Sra. Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA para relativamente ao Centro Ambiental de Aveiras de Baixo, perguntou se estava em funcionamento e que tipo de atividades desenvolvia, uma vez que as escolas não tinham recebido qualquer informação acerca do mesmo. Lamentou não ter visto no documento nenhuma referência ao arranjo da escola básica de Aveiras de Cima, onde chovia no interior e as salas de aula não tinham a acústica necessária, nem havia já salas de aulas suficientes. Relativamente ao PDM, cuja rúbrica aparecia em 2022 e 2023, perguntou se ainda não era no decorrer do presente ano que o mesmo ficava concluído. Referindo-se à verba alocada para Aquisições e Expropriações, perguntou o que é que se pretendia adquirir e expropriar. Para finalizar perguntou o que se pretendia fazer com cinco euros alocados ao Plano de Mobilidade e Transporte de Azambuja. -----

----- O Sr. Presidente referiu, em resposta à Sra. Deputada Natália Peres, que Revisitação da Carta Educativa do Município e o Projeto de Promoção do Sucesso Escolar, eram projetos que estavam acoetidos à CIMLT. -

----- Para responder às questões acerca da Estratégia Local de Habitação, o Sr. Vice-Presidente informou que tinha sido feito um levantamento sobre pessoas a viverem sozinhas ou de forma indigna o que levava a elaborar a Estratégia, teria um financiamento que poderia ser a fundo perdido, havia um determinado valor para as candidaturas financiadas pelo PRR e pelo IRU, no universo da CIMLT, Azambuja era o município que estava mais adiantado. Seriam feitas construções /habitações em Azambuja, Alcoentre e Vila Nova da Rainha, informou estar a ser elaborado Regulamento para habitação acessível, as casas poderiam ser construídas pelo município ou por privados que tendo habitações as poderiam colocar na Câmara para ficarem em arrendamento acessível e beneficiar de incentivos fiscais. -----

----- Respondendo à Deputada Maria de Fátima Pinto, o Sr. Presidente informou que o Centro ambiental era de facto o Parque Ambiental e que se estava a pensar promover aulas ao ar livre, pelo que as escolas seriam contactadas. O PDM esperava-se que estivesse concluído em 2023 e sabia-se da necessidade de intervenção na escola de Aveiras de Cima, onde já se fizera pequenas intervenções, havendo ainda outras a ter de ser feitas, nomeadamente a reparação de fissuras, para evitar que quando chovesse as salas de aula ficassem com alguma água proveniente da chuva. Quanto às aquisições e expropriações disse que ao longo do ano daria conhecimento aos Srs. Deputados, consoante fossem feitas. -----

----- Interveio a Sra. Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, para perguntar à mesa quais eram os tempos de intervenção que estavam a ser praticados por cada grupo municipal e que essa gestão era feita por cada grupo, no caso do PSD, o grupo geria os tempos a utilizar conforme entendiam. -----

----- Em resposta a Sra. Presidente da Mesa informou que até ao momento os tempos eram os seguintes: CMA- 28 minutos, PS- 8 minutos, PSDS- 18 minutos, CDU- 9 minutos, CHEGA- 3 minutos, BE- 2 minutos. -----

----- Interveio a Sra. Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA, referindo não ter obtido resposta para os cinco euros alocados ao Plano de Mobilidade, perguntou o significado da utilização de um termo inglês como *“Youth Goals”* na Juventude e Desporto. Perguntou o que se pretendia fazer no Conselho da Juventude com uma verba definida de cinco euros e o mesmo para o Conselho Municipal de Desporto, com dez euros. Disse ser referido na página 29 do documento a construção de campos de Padel, mas não se encontrava nenhuma rubrica destinada ao efeito. Perguntou a razão do aumento em 8.8% das despesas de funcionamento e 8.4% nas despesas com o pessoal, o que superava o que era gasto com as despesas na saúde. Comentou a redução de cerca de 85.000,00 € no Orçamento Participativo, relativamente ao ano anterior. A verba de 505,00 € para a construção de rede de percursos terrestres, para a promoção da ativa da paisagem e do património, de cada uma das freguesias, perguntou o que se pensava fazer dado o valor alocado. Referiu não ter encontrado valores que suportassem o turismo religioso, considerando que Azambuja se encontrava nas rotas dos peregrinos de Fátima e de Santiago de Compostela, se não havia nada planeado. Perguntou em que consistia o Roteiro da Rede Pública de Saúde e o que é que consistia o projeto *“Localmente”*. Relativamente à verba 132.613,00€ referente a pessoal em qualquer outra situação, perguntou qual o significado. Relativamente à verba 151.000,00€ para estudos, pareceres projetos e consultadoria perguntou porque aparecia também três páginas à frente com uma verba de 70.000,00€, perguntou se era engano. Disse não ter encontrado qualquer verba alocada ao canil municipal e em termos de Cemitérios perguntou se estava programado algum cemitério novo em Aveiras de Cima. Perguntou como pretendiam criar um Conselho de Cultura apenas com uma verba de 25,00€. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que a seu tempo se faria um novo cemitério em Aveiras de Cima, o canil estava referenciado como centro de recolha oficial de animais, e estava referido na página DO18, com uma verba definida de 14.545,00€. Explicou que o *“Localmente”* era um programa de saúde mental. -----

----- Em complemento ao Sr. Presidente, a Sra. Vereadora Mara Oliveira referiu tratar-se de projeto da área social desenvolvido por um grupo de trabalho na área da saúde mental, era um projeto piloto que tinha como entidade coordenadora a Saúde Pública, na pessoa da enfermeira Vera Maximiano, e onde o Município estava presente bem como o Instituto de Segurança Social, o ACES, a GNR, o Ministério Público, o Hospital de Vila Franca de Xira e as IPSS. O projeto pretendia desenvolver modelos de procedimentos em articulação entre entidades com competências na matéria, estava focado em promover o aumento da literacia em saúde mental, para um maior bem-estar psicológico e a desconstrução de mitos e estereótipos. Permitia a candidaturas a fundos comunitários e estava vocacionado para a criação de novas respostas de proximidade de acompanhamento às pessoas com patologia mental. -----



----- Continuando o Sr. Presidente disse que o Orçamento Participativo estava espelhado em PPI e no PAM, sendo que o valor da verba afeta rondava os 120.000,00€, que os campos de Paddle seriam uma realidade.---

----- Para explicar o aumento, a Dra. Irene Lameiro, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro disse que este se devia à necessidade de aumentar os recursos humanos nas escolas, fora feito um levantamento das necessidades para assegurar o funcionamento das escolas e dos valores que eram pagos à Câmara transferidos pelo Ministério da Educação, estavam também incluídos os valores a pagar no âmbito da transferência de competências. Quanto ao valor a pagar ao pessoal em qualquer outra situação referiu que incluíam os contratos com Enclaves, o vencimento de COM e os contratos ao abrigo de Centro de Emprego (subsidiados e carenciados). -----

----- Interveio o Sr. Deputado José Navarro de Andrade do PSD, a pedido da Sra. Deputada Maria João Canilho, Representante do Grupo PSD, a intervenção do Deputado foi considerada Declaração de Voto para o Grupo, pelo que é transcrita abaixo. -----

----- Em defesa da Honra, e a propósito da expressão “*caranguejola*” utilizada na anterior intervenção, o Sr. Deputado António Nobre do Grupo CDU, referiu que o PSD em Santarém e em Coimbra, por exemplo, também fizera acordos, o que acontecia com o PS e a CDU em Azambuja. Lembrou ao Sr. Deputado que o PSD era oposição, e que os Srs. Presidentes de Junta do Grupo, que não concordassem com o documento, poderiam sempre abdicar das verbas nele inscritas para as suas freguesias. -----

----- Interveio o Sr. Deputado André Salema do Grupo PS, considerando que não era tarefa fácil arranjar receita para todo o investimento que o documento referia, pelo que o considerou um Orçamento corajoso, esperava que no campo da receita as coisas corresse bem para que o investimento pudesse ser feito. Relativamente ao aumento de 20% nas transferências para as Juntas de Freguesia, programado para o Mandato e conseqüente aumento de 5% previsto para 2022, considerou que todos os Srs. Presidentes de Junta gostariam de mais, mas era o que se conseguia. Relativamente a Azambuja, onde o aumento se cifraria em setecentos euros, referiu que para a manutenção de espaços verdes, contemplado com 25.000,00€ e que na prática eram necessários 49.000,00€ para a sua execução em condições. Considerou ser de analisar esta situação, sob pena de a Junta continuar a fazer um trabalho muito deficitário neste campo. Referiu haver problemas por resolver na Freguesia de Azambuja, que esperava serem sanados no decorrer do mandato. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Vasco Lima do Grupo PSD considerando que o Orçamento era opaco e era o reflexo de políticas estagnadas no tempo, pondo em causa o compromisso para com o povo do concelho de Azambuja. Considerou que não trazia evolução ao concelho e que o futuro da fixação dos jovens ficava



comprometido pela falta de oportunidades e incentivos, que era espelhada no documento que denotava um pensamento sociocultural pobre sem capacidade para as vivências e as necessárias respostas para a vida atual.

----- O Sr. Presidente da Câmara considerou que de facto na freguesia de Azambuja, a manutenção de espaços verdes e a limpeza urbana no mandato anterior tinham sido bastante descurados, a Câmara sempre fizera as transferências, mas estas não eram utilizadas para o fim a que estavam destinadas, contudo, já se notavam melhorias na limpeza urbana, desde o início deste mandato. Para responder ao Deputado Lima, uma vez que este não colocara qualquer questão, disse que gostava de morara em Azambuja apesar de algumas contrariedades que ainda existiam, e havia também gente que para cá vinha morar, como parecia ser o caso do Deputado. -----

----- Em defesa da honra a Sra. Vereadora Inês Louro, referiu que no mandato anterior o Presidente, na altura Vice-Presidente deveria ter denunciado a situação, pois era muito grave a acusação que acabara de fazer, até porque tivera acesso a todos os relatórios elaborados pela Junta de freguesia, pois era uma das únicas Juntas que os entregava atempadamente e onde estava plasmada a justificação para todas as verbas utilizadas. -----

----- O Sr. Deputado Bruno Borda de Água do Grupo PSD considerou que não obtivera resposta a todas as questões formuladas na anterior intervenção. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Firmino Amendoeira do Grupo BE para reiterar a questão já colocada e não respondida e que era se a Câmara conseguia fazer todos os trabalhos que delegara nas Juntas, pelo preço que lhes atribuíra 864.000,00€. Deu razão ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, pois de facto as verbas transferidas eram insuficientes para que as mesmas pudessem fazer um bom trabalho. Lembrou que uma intervenção do sr. Presidente de Câmara do Mandato anterior, acerca da poluição da ribeira do Valverde, tendo dito que o foco partia da SOCASA e que no prazo de dois meses os trabalhos de limpeza teriam início, perguntou quando pensava o atual executivo iniciar a obra. Perguntou para quando o fim das obras no saneamento básico nos Casais dos Britos. Pediu a atenção para a necessidade de arranjo das estradas dos Casais, nomeadamente Casais das Comeiras, Casais das Boiças, Vale do Brejo e Vale Coelho. Chamou a atenção para a necessidade de se acabar com o trabalho precário nas juntas de Freguesia do concelho e no município, e para o estado do campo de jogos da Escola Secundária de Azambuja, que fora construído há tão pouco tempo e que apresentava já deficiências preocupantes, quando chovia por pouco que fosse, ficava alagado, cheio de buracos e poças de água. Relativamente à Moção apresentada pelo CHEGA na anterior reunião e onde era referido que a Praça de Toiros fora oferecida pelo Dr. Ortigão Costa, sabendo ele que a Câmara gastara lá 600.000,00€, perguntou afinal quem é que fizera a Praça, se a Câmara se o Dr. Ortigão Costa. Para finalizar referiu a dificuldade de analisar o Orçamento no tempo que lhes era atribuído. -----



----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que as verbas gastas pelas Juntas de Freguesia tinham uma rentabilidade superior às que eram gastas pela Câmara em termos de processamento de trabalho. Relativamente à reparação de estradas disse existir já um plano de execução para esse fim e no que concerne ao trabalho precário achava que o Sr. Deputado se referia às pessoas colocadas através do fundo de desemprego. Iria dizer aos serviços para se deslocarem à escola para ver o estado do piso do campo de jogos e que a Câmara tinha realmente pago a Praça de Toiros, não o Dr. Ortigão. A Ribeira de Valverde, tinham sido feitos um conjunto de estudos para ver o que de facto se passava e era necessária uma intervenção para desativar um ramal que continuava a descarregar numa parte da linha de água, não estava esquecido. -----

----- Para responder ao Deputado Bruno Borda de Água, disse que se não fizessem todas far-se-ia pelo menos parte das obras enunciadas pela Junta de Freguesia. -----

----- Pelas 23h05m foi feito um intervalo de cinco minutos. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Nelson Rodrigues considerou que das intervenções tidas acerca do Orçamento apresentado, este era um documento que nada acrescentava e que era pouco criativo no apresentar de soluções para o Município. Era um Orçamento de continuidade feito com base no histórico dos últimos 24 meses, e não revelava a realidade do Município. Considerou que a forma de apresentação do documento, com rúbricas e sem a designação das mesmas, impedia o apreciar cabalmente o documento em tão pouco tempo como o que era facultado. Relativamente ao desvio das verbas referido pelo Sr. Presidente para a execução da Junta de Freguesia de Azambuja, lembrou que no atual executivo existiam dois membros que tinham, também, feito parte do executivo anterior, mostrou-se preocupado com o assunto. -----

---- Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara disse que era impossível prever a receita do ano, pelo que esta era estimada pela média dos últimos 24 meses. Disse haver uma procura crescente por parte de empresas para se instalarem no concelho. Quanto ao desvio de verbas disse que na altura certa seriam prestados os necessários esclarecimentos. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Lúcio Costa do Grupo PS considerando que dadas as dezenas de perguntas colocadas acerca de obras a elaborar e expressas no Orçamento, tornava-se incongruente acusá-lo de falta de investimento, considerou que o plano de Atividades espelhava o conjunto de intenções da Câmara e o Orçamento alocava-lhes verbas para a sua concretização. Disse que o PS aprovaria este Orçamento e todos os que fossem vocacionados para a evolução do concelho de Azambuja. O Documento priorizava duas obras importantes para Azambuja, mas como se via até pelas perguntas colocadas, não descurava outras obras que se iriam realizar. Considerou que o documento poder-se-ia adaptar às normas e necessidades do programa político do PS. Comentou a forma ressentida com o que o Deputado Navarro fizera a sua explanação e



desafiou-o no sentido de indicar uma Câmara nas redondezas que tivesse uma oferta educativa como a do concelho de Azambuja, considerada excelente. O facto de o Orçamento ser em sua opinião muito bom e que ia responder a obras há muitos anos pretendidas pela população de Azambuja, justificava a “urticária” que o mesmo provocava na oposição. -----

----- Inteveio a Sra. Deputada Marta Diniz do Grupo CDU considerando que o Orçamento mais do que a discussão tida interferia com a qualidade de vida dos munícipes pelo que as divergências políticas eram necessárias. Referiu iniciativas válidas no Orçamento como a criação de um grupo de trabalho na área da saúde mental e considerou que implementar medidas que melhorassem a qualidade de vida, nomeadamente no campo da saúde mental, interferia diretamente na educação dos jovens do concelho, ao contrário do que parecia achar o PSD. Acerca da verba alocada à reparação da praça de toiros de Azambuja perguntou se não havia outro tipo de atividades fundamentais ao desenvolvimento do concelho, para as quais esta poderia ter sido canalizada, por exemplo numa perspetiva ecológica, ambiental e na defesa dos direitos dos animais. -----

----- Inteveio o Sr. Deputado António Nobre do Grupo CDU, dizendo que na sequência da intervenção do Deputado Nelson Rodrigues, seria de a Câmara Municipal fazer umas sessões de esclarecimento em matéria de Orçamento e Prestação de Contas promovidas pelos técnicos financeiros no sentido de ajudar os membros da Assembleia a perceber a mecânica da elaboração do documento. Quanto á questão da Derrama, disse que apesar das dificuldades sentidas nos últimos dois anos, algumas das empresas sediadas no concelho tinham apresentado elevados lucros, mas desses lucros o município não tivera a respetiva comparticipação tributária. Outro problema eram os Fundos, como o que fizera caducar os contratos de arrendamento aos arrendatários em Azambuja, como é que se comportava a captação da Derrama que o município tem direito a receber pelos resultados das operações desses Fundos? Não era conhecido, mas era um ponto fulcral de obtenção de receita, receita essa que faz falta para que o município possa responder às necessidades dos munícipes. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara em resposta à Deputada Marta Diniz disse existir outros projetos culturais como o “Artéria “ e outros que incentivavam em várias vertentes a valorização cultural no concelho de Azambuja. -----

----- A Sra. Deputada Maria de Fátima Pinto, em defesa da honra relativamente à intervenção da Sra. Deputada Marta Diniz, referiu que não eram simples erros ortográficos, mas sim puras mentiras. -----

----- Discutida a Proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 8 (6 PSD, 2CH) | Abstenção: 3 (2 PSD,1 BE) | Favor: 17 (12 PS,5 CDU)) -----

----- Aprovada por maioria. -----

----- O Sr. Deputado José Navarro de Andrade apresentou, pelo Grupo Municipal PSD, a Declaração de Voto que se transcreve: -----

" Dada a configuração política do executivo camarário agora eleito, dada a espécie de coligação deste executivo, em que o PS engoliu a CDU sem precisar de mastigar, seria de esperar que pelo menos houvesse evolução na continuidade, como se dizia antigamente. Mas o que resulta afinal é uma continuidade sem evolução.

Víamos aqui dispostos a discutir e debater um Plano de Atividade Municipal e um Plano Plurianual de Investimentos, mas o que recebemos foi uma vaga carta de intenções, escrita num português macarrónico e pseudotécnico para disfarçar a sua total e absoluta vacuidade.

Bom, não é bem assim. Duas coisas ficam à vista neste documento:

Uma é a absoluta incompetência política desta caranguejola que governa o nosso concelho, incapaz sequer de produzir um diagnóstico dos problemas que nos afetam, quanto mais de produzir planos de execução objetivos com medidas de ação concretas, detalhadas, mensuráveis e calendarizadas. Nada. Só generalidades.

A incompetência política deste plano fica resumida na frase que se pode ler na pág. 33, a qual diz: "Será prosseguido o trabalho de encontrar as melhores respostas às necessidades da autarquia." Ou seja: respostas não há, andam à procura delas, e vão prosseguir essa procura a ver se as encontram. Vejam lá se não estão aí nalguma gaveta....

Mas se a incompetência política deste executivo fica exposta com este documento indigno, mais claro fica a razão de ser da ganância desta caranguejola em esbulhar fiscalmente sem piedade os cidadãos do concelho de Azambuja, como se constatou na calamitosa AM passada.

A caranguejola carrega na derrama e no IRS à taxa máxima, intensifica o aumento do IMI, sim o IMI aumentou, porque aumenta onde há mais população, ou seja, contribuintes, baixando cosmeticamente onde há menos população, ou seja, contribuintes, a caranguejola mostra esta sofreguidão porque só tem um propósito. E este é o de se manter, de se alimentar a si própria.

Ou seja, para este executivo a os cidadãos estão aqui para sustentar a câmara, não é a câmara que está aqui para servir os cidadãos.

A caranguejola é insaciável, sobretudo agora que tem de cevar os dois partidos que se abancaram à mesa do orçamento, já que a CDU traiu o seu eleitorado para muito caladinha e sem fazer ondas ver se engorda um bocadinho.

E o exemplo que testemunha e confirma esta voracidade está ali escancarado no quadro da pág.17. Os custos com o pessoal ascendem a 43,4% do orçamento, ou seja, quase metade do orçamento.

Bem reconhece o enunciado, nessa mesma pág. 17 que, cito: "as despesas de funcionamento, pesam significativamente no orçamento no Município", nomeadamente as despesas com o pessoal.

Em face deste peso, deste custo, o que se propõe o executivo? Propõe-se fazer o que vai dito logo no início da pág. 21: "o peso das despesas correntes cresceu cerca de 8,1% face a 2021 e o peso das despesas com pessoal aumentou cerca de 8,4% ". É, pois, esta a política da caranguejola: as despesas correntes e com pessoal são excessivamente altas, desviando para a estrutura o que poderia ser investido ao serviço do bem estar dos cidadãos? Então vamos lá engordar mais um bocado.

Abundam neste documento exemplos quase caricatos, mas tão ilustrativos e significativos, do desvelo orgânico da câmara para consigo mesmo. Ora atendem na pág. 31 as linhas concedidas às 4 bibliotecas municipais. Diz aí que se "trabalhará em 6 eixos prioritários." Pois fiquem sabendo que 5 desses ditos eixos são meramente administrativos ou têm exclusivamente a ver com os recursos humanos a elas alocado. Ao utente está apenas destinado um dos ditos eixos, o da "literacia digital." Acerca do conforto, da comodidade e conveniência dos utentes, acerca do alargamento do espólio, do aumento do património, acerca da maior acessibilidade e de novas formas de acesso, acerca do desenvolvimento de novas valências. Acerca disto que é a verdadeira função, o autêntico serviço prestado pelas bibliotecas o Plano diz nada, zero. Aliás os números são eloquentes, desgraçadamente eloquentes. Senão vejamos: às bibliotecas o executivo aloca a verba total de €38.800.

Sabem quanto vai despender na "divulgação e promoção institucional, ou seja, em propaganda? a bela quantia de €96.000.

Sabem quanto está alocado a "despesas de representação"? €31.572

O executivo vai gastar em propaganda 3 vezes mais do que investe nas bibliotecas.

O executivo vai gastar em representação quase tanto como nas bibliotecas. Isto é só um pequeno exemplo do descalabro que é este dito plano. Porque o cúmulo da iniquidade está no capítulo da educação.

É referido na pág. 17 que vai haver uma despesa de pessoal inerente à transferência de competências na área da educação. Pois é, mas os custos de pessoal com a educação representam tão só 28% do custo geral com pessoal.

Fora isto o investimento em educação ronda uns míseros 9,4% do orçamento

E deste percentagem só vai investir cerca de 9% para além da manutenção e funcionamento do equipamento existente.

E o que se opõe fazer o executivo camarário com essa verba?

veja-se na pág. 24.

Com os alunos aquilo a que chama "ações pontuais", ou seja, passeatas e animação.

Ao corpo docente propõe "seminários e workshops de meditação e mindfulness". Os professores lutam todos os dias pelo ensino em condições às vezes aflitivas e desanimadoras? Os professores carecem de apoio para melhorar as suas condições de trabalho? Então tomem lá umas aulinhas de yoga para descontrair. Extraordinário.

Quanto a medidas supostamente substantivas a caranguejola apresenta duas sem substância nenhuma.

Uma é "revisitar a Carta Educativa do Município". O que quererá dizer aqui o verbo visitar é um perfeito mistério.

Outra, ainda mais extravagante, é cito "prosseguir o trabalho de supervisão, planeamento e gestão das atividades escolares, ao nível dos recursos educativos, na implementação de políticas municipais decorrentes das competências transferidas."

Isto traduzido por miúdos em português decente quer dizer: fazer nada, ir andando.

Trouxe aqui dois exemplos sortidos da vacuidade, da nulidade deste documento. Analisado capítulo a capítulo, parágrafo a parágrafo, estivéssemos aqui um dia e uma noite, nada se aproveitaria de útil, objetivo, programático, Este orçamento é vergonhoso e roça a indecência.

Votar uma resma de papel cheia de nada é difícil. Obviamente votamos contra." -----

----- O Sr. Deputado Bruno Borda de Água do Grupo PSD, apresentou a Declaração de Voto que se transcreve: " considerando que a resposta do Sr. Presidente para as obras prioritárias da nossa freguesia, é bastante vaga, e, ficando nós na expectativa da realização das mesmas, sendo estas do interesse da nossa população bem como para o concelho, leva-me a votar este orçamento com uma abstenção."-----

----- O Sr. Deputado José Fortunato Martins do Grupo PSD, apresentou a Declaração de Voto que se transcreve: " independentemente da análise do orçamento, e do sentido de voto dos meus companheiros de partido, que eu compreendo em absoluto, mas como este é o primeiro orçamento e segundo o Sr. Silvino Lúcio, a freguesia de Aveiras de Baixo, vai ser contemplada com algumas obras, nomeadamente algumas ilhas ecológicas e circuitos de manutenção na mata das Virtudes, obras que o executivo ao qual eu presido, julga de extrema importância para a comunidade, e porque vou dar o benefício da dúvida mas não posso votar a favor, quando este orçamento contempla um aumento de 10% que os fregueses vão pagar de IMI. Por isso me abstenho."---

----- A Sra. Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA, apresentou a Declaração de Voto que se transcreve: -----



“Não há estratégia neste Plano de Atividades e Orçamento, pois não se retiram daqui o que são as prioridades do executivo municipal, há uma contrariedade clara entre aquilo que dizem ser uma prioridade clara e o que está espelhado nas verbas, assim como, quais os reais investimentos para as diversas freguesias. Lamentamos igualmente que o Sr. Presidente não tenha feito um esforço para o defender, esquivando-se a responder a várias perguntas colocadas por nós. “ -----

----- Ponto 2 – Autorização Genérica para a Assunção de Compromissos Plurianuais no âmbito da apresentação de Proposta de Orçamento para 2022 e Grandes Opções do Plano 2022/2026 ----- P 30-A/P/2021

---- O Sr. Deputado Lúcio Costa do Grupo PS, apresentou um requerimento para prorrogação de tempo em mais uma hora para finalização da Ordem de trabalhos. -----

---- Foi o mesmo colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 3 (1 PS, 1 PSD, 1 CH) | Abstenção: 0 | Favor: 25 (11 PS, 5 CDU, 7 PSD, 1 CH, 1 BE) -----

----- **Aprovado por Maioria.** -----

---- O Sr. Deputado José Navarro do Grupo PSD, considerou que a Lei era para ser cumprida pelo que não poderia concordar com o texto da Proposta em apreciação, que se justificava com o elevado número de sessões de Assembleia Municipal que teriam de ser realizadas o que prejudicaria o prazo de execução de muitas atividades que teriam de ser realizadas e com o que não concordava pois defendeu que a Assembleia teria de cumprir cabalmente as funções para as quais estava instituída. Considerou que a Sra. Presidente da Assembleia deveria ser a primeira a insurgir-se com a Proposta. -----

---- Interveio o Sr. Deputado António Nobre, considerando que a intervenção anterior denotava profundo desconhecimento do que estava em apreço, defendeu que havia outras Câmaras que utilizavam o método, incluindo Municípios do PSD, e que era apresentada em todas as reuniões de Câmara a informação do uso que o executivo fizera da autorização de assunção de compromissos. -----

---- A Sra. Deputada Maria de Fátima Pinto referiu que o que tinha vindo a ser dito ao longo das últimas questões não lhes merecia qualquer confiança, até porque houvera questões que não tinham sido respondidas, pelo que o CHEGA votaria contra. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Gonçalo Ferreira dizendo, em argumentação ao que o Deputado Navarro alegara, que a Lei era a expressão atualizada da vontade democrática, o mecanismo em apreço estava previsto na Lei. -----

---- O Sr. Deputado José Navarro considerou que se tratava de um atalho na Lei, que servia para determinadas coisas, não era para fazer dele regra. O que seria democrática era cumprir escrupulosamente a Lei e usar excecionalmente o atalho e não fazer o atalho como se fosse a prática normal. -----

---- Discutida a Proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----



----- Contra: 10 (8 PSD, 2 CH) | Abstenção: 1 (BE) | Favor: 17 (12 PS, 5 CDU) -----

----- **Aprovada por maioria.** -----

----- **V – ENCERRAMENTO** -----

----- Eram vinte e três horas e cinquenta e oito minutos, quando a Sra. Presidente da Mesa, deu por encerrada a reunião. -----

----- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram transmitidos através do *Youtube* no canal da Assembleia Municipal e poderão ser visionados através do link: -----

----- <https://www.youtube.com/watch?v=TdcjRwB64X0> -----

----- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

A Presidente da Assembleia Municipal de Azambuja,

Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos

Primeiro Secretário,

Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição

Segunda Secretária,

Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo